



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ACÓRDÃO Nº 207

Feito : RECURSO Nº 017/92-TCE/ACRE
Recorrente : José Passos Marques Nazário
Diretor-Presidente da ACREDATA
Relator : Cons. Isnard Bastos Barbosa Leite
Assunto : RECURSO contra as disposições do ACÓRDÃO Nº 165/92,
prolatado no Processo Nº 596/91-TCE/ACRE

RECURSO contra as disposições do ACÓRDÃO
Nº 165/92, emitido nos autos do Processo
Nº 596/91-TCE/ACRE - Contrato de Presta-
ção de Serviços firmado entre a ACREDATA
e COLDAR Ar Condicionados Ltda - Recurso
conhecido e não provido.

Vistos, relatados e discutidos os autos do RECURSO Nº
017/92, acima indicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas
do Estado do Acre, à unanimidade, conhecer do Recurso e negar-lhe
provimento, mantendo-se a decisão recorrida em todos os seus termos, de
tudo cientes os Poderes Legislativo e Executivo, tudo nos termos do
voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste aresto.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.
Rio Branco, 02 de julho de 1992.

Cons. JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA
Presidente

Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ACÓRDÃO Nº 307

Relator : **BERNARDO DE OLIVEIRA TEIXEIRA**
 Relatores : **JOÃO PABLO DE MOURA**
 Relatores : **ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**

Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	
5.826	5.826
de 16	de 16
1992	1992
Secretaria do Planário	

Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**

Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**

Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**

Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**
 Relatores : **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: RECURSO Nº 17/92

Rio Branco(AC), 25.06.92

RELATOR : Conselheiro ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE

ASSUNTO : RECURSO DO PRESIDENTE DA ACREDATA CONTRA O ACÓRDÃO
Nº 165/92, PROLATADO NO PROCESSO Nº 596/91-TCE-AC.

R E L A T Ó R I O:

Trata o presente processo de recurso interposto pelo presidente da Acredata, **José Passos Marques Nazário**, contra o Acórdão Nº 165, deste TCE, publicado no D.O em 30.03.92, que decidiu "considerar irregulares os contratos de nº 07/90 e nº 16/90, firmados entre a Acredata e a firma Coldar Ar Condicionados Ltda, objetivando dar assistência técnica aos equipamentos e seus componentes da contratante, com recomendações à origem quanto ao fiel cumprimento das disposições legais".

Em suas razões de recurso (fls.55/57) o recorrente alega o seguinte:

"a) O Contrato 07, de 26.10.90, a que V.Sª. se refere, trata-se apenas de revalidação (renovação) do contrato firmado em 30.09.88, cuja cópia anexamos.

b) No que tange a Cláusula Quarta, do contrato sob enfoque, as visitas de manutenção periódica são acompanhadas pelo Setor de Manutenção desta Empresa, contrariando o que admite o MPE (cópias anexas).

c) A empresa contratada, COLDAR AR CONDICIONADO LTDA, era, e cremos que ainda seja, a única em nosso Estado credenciada pelo fabricante, a dar manutenção aos equipamentos aqui instalados.

d) A ACREDATA não rescindiu o contrato 07/90, como afirma o Relatório dessa Corte, sob o pretexto de que havia contratado profissional técnico em refrigeração.

e) A ACREDATA rescindiu, sim, o contrato nº 16, de 17.12.90 (que substituiu o contrato nº 08, de 01.11.88), porque entendeu que contratando para os seus quadros de funcionários um técnico em manutenção de ar

Isnard Bastos Barbosa Leite
Conselheiro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

condicionado comum, reduziria os seus custos, como de fato aconteceu. O contrato rescindido não previa manutenção no ar condicionado central tipo CARRIER.

f) Não atinamos onde possa, a contratação de um empregado para a Empresa, se constituir burla ao art. 23, inciso I e II, do Decreto-Lei 2.300/86, como quer fazer entender o voto do Douto Senhor Relator desse Tribunal. Não entendemos qual a ligação existente no Contrato de Trabalho, sob a égide da CLT e o Decreto-Lei 2.300, que trata de processo licitatório.

g) Pareceu-nos, pela dissertação do ilustre Conselheiro Relator em seu voto, que o mesmo foi levado a acreditar que uma firma de fora do Estado venha prestando assistência à ACREDATA, onerando, assim, os custos desta Empresa. Embora a matriz da referida firma esteja sediada em Fortaleza, os serviços são executados exclusivamente pela filial instalada em nossa cidade".

O MPE, através do Procurador-Chefe, Dr. **Fernando de Oliveira Conde**, ratifica o parecer anterior (fls-39/40) exarado neste processo, sugerindo-se pelo não conhecimento e não provimento do Recurso interposto pelo presidente da Acredata, rejeitando-se todos os seus argumentos, devendo ser mantido o Acórdão recorrido em todos os seus termos.

É o Relatório.


Isnard Bastos Barbosa Leite
Conselheiro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

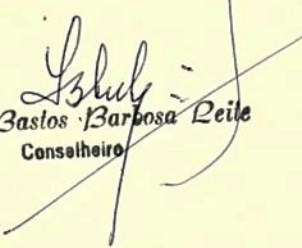
V O T O:

Argumentam os recorrentes Juracy Severiano de Souza e Elvinir de Lima Azevedo contra o Acórdão nº 89 TCE-AC, de 28.09.91, que esta Corte deve adotar a decisão do Egrégio Tribunal de Contas da União (TC-005.915/88-0), para serem dispensados, excepcionalmente, do recolhimento aos cofres públicos dos valores recebidos, visto que não tiveram qualquer culpa ou dolo e que, estando o assunto sub júdice, descabe correção monetária e, mais ainda, que em caso de devolução esta deva ser efetivada parceladamente.

Comungando com o Parecer de fls.7/8 do Procurador Chefe do Ministério Público Especial, Dr. Fernando de Oliveira Conde, não concordamos com a argumentação dos recorrentes de que deva o TCE-AC adotar a decisão acima referida vez que esta foi efetivada em caráter excepcional e não em caráter sumular. E mais, a decisão do TCU se refere a recebimentos de benefícios em duplicata, pela mesma atividade, diferentemente dos constantes neste processo que se referem a diversos pagamentos sob diversas rubricas e sem amparo legal. Descordamos também da devolução parcelada dos valores recebidos ilegalmente, uma vez que desconhecemos a existência de lei estadual que estabeleça procedimento neste sentido.

Por entender que não requereram os pagamentos e nem agiram com dolo ou culpa, concordo com o não cabimento da correção monetária e Voto dando provimento em parte os recursos ajuizados neste processo, acatando, unicamente, o argumento do não cabimento da correção monetária e rejeitando os demais. Que se dê ciência à Procuradoria Geral do Estado, na forma Regimental, para as providências cabíveis.

É o Voto.


Osnard Bastos Barbosa Leite
Conselheiro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

V O T O:

Pela análise detida e criteriosa dos argumentos e da documentação utilizados pelo presidente da **Acredata** contra o Acórdão nº 165, deste TCE, foi possível formar o seguinte entendimento:

a) O contrato nº 07, de 26.10.90, ainda que pudesse ser caracterizado como revalidação ou renovação do anterior, firmado em 30.09.88, sem cumprir o necessário procedimento licitatório, estaria burlando mais uma vez o Decreto-Lei 2.300/86 no aspecto da inexigibilidade e dispensa de licitação (art.23 I,II).

Além de outras irregularidades visíveis nos termos desses contratos, como, por exemplo, o fato da **Acredata** aceitar todas as condições impostas pela **Coldar**, dentre elas as contidas nas Cláusulas Primeira, Sétima e Décima (fls.58/61), um detalhe importante chama a atenção pelo seu conteúdo inusitado. Estranhamente, num País onde a inflação atinge níveis estratosféricos, o contrato nº07/88, assinado para vigor de 01.10.88 a 30.09.89, foi ajustado mensalmente em Cr\$ 133.487,00 (Cento e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete cruzeiros), com reajuste trimestral de acordo com a variação da OTN (Cláusula Décima-Primeira, fls.61), enquanto o de nº07/90, mais recente, com idêntica finalidade do anterior, ou seja, para o mesmo serviço de assistência técnica às centrais de Ar Condicionado, foi ajustado em Cr\$ 49.592,30 (Quarenta e nove mil, quinhentos e noventa e dois cruzeiros e trinta centavos) mensais, sem Cláusula de correção (Cláusula Décima Primeira fls.07), para vigor de outubro de 90 a setembro de 91.

b) Os documentos apresentados pelo recorrente para justificar o descumprimento da Cláusula Quarta do contrato nº 07/90, que trata do registro das visitas dos técnicos da **Coldar** às instalações das centrais de refrigeração, não têm qualquer relação direta com o processo em análise. Eles referem-se às visitas de manutenção no período

Isnard Bastos Barbosa Leite
Conselheiro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

entre dezembro de 91 e janeiro a março de 92 e o contrato em questão teve vigência até setembro de 91 (fls.4/7). Nos relatórios de inspeção e manutenção (fls.66/75) há sinais de rasuras nas datas e, em alguns deles, não é possível identificá-las com segurança absoluta.

c) Outro lamentável equívoco que comete o presidente da Acredata diz respeito à documentação juntada ao recurso para tentar justificar a ausência do procedimento licitatório na contratação dos serviços com a Coldar. O credenciamento e atestado fornecidos, respectivamente, pela Springer Carrier do Nordeste S.A e pela Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (fls.70/77) só têm validade para o ano de 1992 e os contratos aqui analisados encerraram-se em 1991. Além disso, o credenciamento e o atestado, por si sós, são insuficientes para garantir a Coldar a condição de firma exclusiva no Estado e de notória especialização em refrigeração, como pretende o titular da Acredata.

d) Ainda que, por um erro datilográfico, perfeitamente justificável, o relatório tenha mencionado o contrato nº 07/90 em lugar do de nº 16/90, mesmo assim ficou configurada a grave irregularidade provocada pela ausência do procedimento licitatório que é, em última análise, a preponderância do interesse público sobre o particular. É válido mencionar, para afastar quaisquer dúvidas, que ao proferir meu voto neste processo, na sessão ordinária de 12 de março de 1992, afirmei textualmente às fls.46:

.....:"A contratante, por iniciativa própria, rescindiu o contrato nº 16/90, (o grifo é nosso), em 12 de março de 1991 (fls.04/10 e 12/16), alegando que havia contratado um técnico para (trinta e três) aparelhos de ar condicionado, o que configura a burla ao Art. 23, inciso I e II, do Decreto-Lei 2.300/86".

e) Uma simples leitura imparcial do meu Relatório e Voto (fls.42/46) permitiria a qualquer pessoa deduzir que, em nenhum momento fiz referência ou considerei a contratação pela Acredata de um empregado celetista como burla ao art.23, I,II, do Decreto-Lei 2.300/86, como insinua

Isidoro
Isidoro Bastos Barbosa Leite



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

irresponsavelmente o presidente da empresa. O que foi dito, e volto a repetir, é que a inexplicável tentativa de estabelecer inexigibilidade de licitação para os dois contratos de assistência técnica às centrais e aparelhos de ar condicionado da Acredata **fora sepultada com a contratação de um empregado para realizar aquele serviço e a consequente rescisão do contrato nº 16/90.**

f) O recorrente, como último esforço para minimizar uma ilegalidade comprovada, que ele mesmo admite por hipótese existir (fls. 56) - e que compromete seriamente a correta utilização do dinheiro público-utiliza outro argumento inoportuno em sua defesa. **Jamais** foi dito que a firma **Coldar**, por ter sua matriz em Fortaleza-CE, estaria onerando os custos da Acredata. Reafirmo, isto sim, é que ela utilizou indevidamente a legislação vigente para escapar ao procedimento licitatório e que a **Coldar** nunca comprovou exclusividade e notória especialização em refrigeração para que fosse dispensada a licitação para os contratos em referência.

Configura-se, pelo que consta dos autos, uma perigosa inversão nos princípios de licitação como norma indispensável à atividade administrativa. Isto é, o procedimento licitatório tornou-se aqui exceção, enquanto a dispensa ou a inexigibilidade foram transformadas em regra.

Com efeito, ao longo do tempo, determinados administradores públicos instituíram, ao seu talante, a dispensa e a inexigibilidade da licitação sob o pífio argumento da padronização ou uniformização da marca e na utilização do produtor, empresa ou representante exclusivo para contratar serviços e realizar compras.

Embora regida pelas normas do direito privado, a empresa de economia mista, no caso, a Acredata, não está imune ao controle público, como também não pode pretender um tratamento diferenciado quanto à utilização de seus recursos.

O artigo 86 do Decreto-Lei 2.300/86 parece colocar um ponto final numa possível dúvida quanto à obrigatoriedade dela cumprir todas as normas do procedimento licitatório. Senão vejamos:

Isidoro Barbosa Leite
Isidoro Barbosa Leite
Conselheiro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Art. 86 "As sociedades de economia mista, empresas e fundações públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, e pelas entidades referidas no artigo anterior, até que editem regulamentos próprios, devidamente publicados, com procedimentos seletivos simplificados e observância dos princípios básicos da licitação, inclusive as vedações contidas no parágrafo único do artigo 85, ficarão sujeitas às disposições deste Decreto-Lei".

Assim é que, pelo exposto e de acordo com o parecer do MPE, **VOTO** pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantida a decisão recorrida em todos os seus termos e que se dê ciência ao Poder Legislativo e Executivo.

É o Voto.

Ismard Bastos Barbosa Leite
Conselheiro Relator